

Economia volta a crescer já em 92, prevê Marcílio

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que a economia deverá se recuperar a partir do ano que vem, ajudada pelo melhor desempenho da agricultura. O pronunciamento de Marcílio foi feito no plenário da Câmara dos Deputados, diante de um pequeno número de parlamentares e sem o esperado debate econômico. Durante meia hora, o ministro afastou os riscos de hiperinflação, de crise cambial, dos confiscos financeiros, de congelamento e de choques.

Apesar de admitir um "repique inflacionário em outubro", Marcílio disse não haver nenhuma hipótese de agravamento da crise econômica. Para o ministro, as políticas fiscal e monetária, com as elevadas taxas de juros, impedirão aumentos exagerados dos preços. Ao ouvir o comentário do líder do PTB, Gastone Righi — "o excesso de juros está me sufocando, senhor ministro" —, Marcílio justificou: "Assim como não há mágicas, não há milagres."

Exaltando o potencial do País, o ministro da Economia disse que o governo conseguirá romper o "círculo vicioso" da crise econômica, da inflação e do temor de novos choques. Para isso, no entanto, terá de contar com a união dos empresários, dos trabalhadores e dos políticos.

Quanto aos políticos, Marcílio lembrou do "papel fundamental do Congresso" na aprovação das propostas de emendas à Constituição e da

reforma tributária. Nesse momento, o ministro ouviu críticas de alguns deputados. "O que falta ao governo é base de sustentação parlamentar para aprovar as medidas de seu interesse", reagiu César Maia (PMDB-RJ). "Eventuais fracassos de política econômica não podem ser transferidos ao Congresso", rebateu o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS).

Sem credibilidade — O deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) quis saber do ministro como a crise econômica poderia ser enfrentada com sucesso, num momento em que o governo está enfraquecido e sem credibilidade internacional. Marcílio retrucou afirmando que "o problema da credibilidade pode ser resolvido com trabalho, transparência, competência e integridade".

O ministro garantiu aos deputados que o governo não recusará o debate em torno da reforma tributária. Avisou, no entanto, que se manterá "inquebrantável" no propósito de reestruturar a economia brasileira permanentemente. Para isso é importante, segundo ele, que prevaleça um "bom entendimento" entre trabalhadores e empresários, organizações sindicais e associações patronais, e entre Executivo, Judiciário e Congresso, para que o País conquiste uma política de rendas que evite o retorno da reindexação para os salários. "A indexação deve prevalecer apenas para a faixa até três salários mínimos", sugeriu Marcílio.

ESTADO DE SÃO PAULO 6 NOV 1991